



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

A ORIGEM DO PATRIARCADO: DA VENERAÇÃO À OPRESSÃO DA MULHER

Livia Daiane Gomes¹

Resumo: O estudo objetiva tecer algumas reflexões sobre a constituição histórica do patriarcado, buscando entender a origem da opressão e inferiorização da mulher. O patriarcado como sistema de poder não é uma instituição eterna ou natural, mas possui uma base material e socialmente determinada, sendo reforçada pela ascensão do sistema capitalista, onde há uma apropriação acentuada da vida das mulheres.

Palavras-chave: Patriarcado. Mulher. Opressão. Capitalismo.

Abstract: The text aims to provide some reflections on the historical constitution of patriarchy, seeking to understand the origin of women's oppression and inferiority. The Patriarchy as a system of power is not an eternal or natural institution, but it has a material and socially determined basis and it is reinforced by the rise of the capitalist system, where there is a marked appropriation of women's lives.

Keywords: Patriarchy. Woman. Oppression. Capitalism.

INTRODUÇÃO

No contexto social atual, apesar do discurso recorrente de igualdade entre os sexos, presenciamos um contínuo aumento do empobrecimento dos segmentos femininos, o que evidencia que homens e mulheres continuam ocupando posições diferentes na sociedade. Esse fenômeno social de marginalização da mulher, especialmente nos espaços produtivos, tem raízes históricas e é explicado pela instituição do patriarcado. O patriarcado é um sistema de poder e privilégios que garante superioridade e soberania ao homem nas relações sociais, destinando à mulher, por sua vez, um lugar de submissão e inferioridade. Não é um fenômeno natural, que progressivamente desenvolveu-se nas sociedades, baseado nas características físicas da espécie humana, mas sim um complexo ideológico que demorou milhares de anos para ser implementado e foi impulsionado por interesses de determinados grupos em todas as fases da história da humanidade. O surgimento do patriarcado minou os poderes e a autonomia da mulher na sociedade, ganhando na atual sociabilidade capitalista, contornos inéditos e novas configurações.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: liviadgomes@yahoo.com.br.

É objetivo deste artigo discutir as bases históricas do surgimento do patriarcado, compreendendo que a mulher nem sempre foi a parte frágil e/ou fraca nas relações sociais. Antes da ascensão deste sistema, as mulheres eram muito bem consideradas e respeitadas nas antigas formas sociais, sendo em muitas ocasiões veneradas pelo seu poder de dar à luz e gerar novos seres.

A ORIGEM DO PATRIARCADO: DA VENERAÇÃO À OPRESSÃO DA MULHER

O patriarcado designa, segundo Delphy (2009), uma formação social em que os homens detêm o poder, prevalecendo uma supremacia e dominação masculina, em contrapartida a uma inferiorização e opressão das mulheres. A palavra “patriarcado” vem da combinação grega *pater* (pai) e *archie* (comando) e significa poder ou comando do pai. Todavia, esclarece Pateman (1993, p. 17-18):

O direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não a fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa).

O patriarcado não se estende somente a uma dominação do pai no interior da família burguesa, mas do homem sobre a mulher. O poder concentra-se nos indivíduos do sexo masculino e há uma hierarquização das relações de sexo, conduzindo todos os indivíduos “não-homens” a um lugar inferior. Dessa forma, a palavra “patriarcado” comporta a noção de autoridade masculina. Esse é o significado que vem prevalecendo majoritariamente entre as feministas, especialmente a partir do final do século XX, que entendem que a ordem patriarcal vai muito além da dominação do pai dentro da família e não se concentra somente na noção de “poder paterno”.

Cisne e Santos (2018) explicam que o patriarcado não surgiu espontaneamente, mas que possui uma base material e socialmente determinada. A ordem patriarcal não nasce no sistema capitalista, apesar de nele ganhar plenitude e contornos inéditos. Consoante ao estudo de Saffioti (2000), o patriarcado desenvolve-se entre 6.500 a 7.000 anos, quando os homens começam a implantar seu esquema de dominação-exploração sobre as mulheres. À vista disso, para a autora, a ordem patriarcal é “[...] uma verdadeira recém-nascida. Com efeito, o que são sete milênios na história de uma humanidade de 250000-300000 anos?” (SAFFIOTI, 2000, p. 72)

D’Eaubonne (1977) afirma, após uma extensa pesquisa antropológica, que a origem do patriarcado como esquema universal de soberania masculina está fundamentada em duas grandes descobertas essenciais da humanidade: o

conhecimento de que o homem participava no processo da fecundação, gerando novos seres humanos e o controle da fertilidade do solo com equipamentos e técnicas agrícolas. Antes destas grandes descobertas, conforme a autora, existia um sistema onde prevalecia uma igualdade entre os sexos, sendo a mulher um elemento de destacada importância, pois poderia gerar novos seres e perpetuar a espécie.

O mistério da procriação deu poderes e elevou o status da mulher nas sociedades da era paleolítica², pois nesta época os humanos acreditavam que os machos não eram responsáveis por este fenômeno e que as fêmeas eram as únicas com o “dom natural” da reprodução. Elas eram consideradas seres mágicos e havia uma representação do feminino como divindade responsável pela fertilidade.

De acordo com D’Eaubonne (1977), as mulheres também eram ativas na caça e na pesca e as ossadas mais completas do período paleolítico mostram que não havia nenhuma diferença marcante de estatura ou de força física entre os dois sexos. A antropóloga acredita que foi a divisão de tarefas que conduziu lentamente às diferenças verificadas na espécie atualmente e afirma que a caça não era uma tarefa estranha, nem nova para as mulheres. Dessa forma é possível perceber que a rígida divisão de tarefas a partir de critérios sexuais é um fenômeno tão novo quanto o patriarcado e não um evento de ordem natural e/ou divina. Conforme D’Eaubonne (1977, p. 31):

[...] a própria lógica leva-nos a acreditar que a ausência das mulheres da caça ou da guerra, numa comunidade dedicada à necessidade de uma defesa contínua contra as feras e de um ataque contínuo da caça para sobreviver, só podia ser ditada pelos últimos tempos da gravidez e pelo parto, ou seja em breves períodos. Nem as menstruações, nem o início da gravidez, nem o período a seguir ao parto são obstáculos dirimentes para uma mulher tão robusta como um homem, e motivada imperiosamente pela necessidade de sobreviver e pela fome possível. O cuidado dos filhos reduzia-se a muita pouca coisa e a sua guarda podia ser confiada aos membros mais velhos ou impotentes da comunidade; [...]

Engels (2012) acredita que a divisão do trabalho entre os dois sexos na antiguidade dependeu de outras causas que nada tiveram a ver com a posição da mulher na sociedade. Além dele, vários outros autores ressaltam que, mesmo quando existia a partilha de tarefas segundo o sexo em comunidades primitivas, tendo as tarefas atribuídas às mulheres tanto valor quanto aquelas desenvolvidas pelos

² A era paleolítica ou Idade da Pedra Lascada corresponde a um período na história da humanidade marcado pela criação de ferramentas de pedra pelos seres humanos.

homens. Por vezes eram as atividades femininas, principalmente a coleta de grãos e posteriormente a agricultura, que garantiam a sobrevivência dos grupamentos humanos.

Os estudos de Engels (2012), apoiados em Morgan³, indicam que antes da família burguesa patriarcal e a instauração da monogamia, as comunidades viviam em uniões por grupos, onde predominava a linhagem materna. O autor explica que existia uma preponderância da mãe no que diz respeito a sucessão familiar, sendo os homens e os filhos desta mulher incorporados no círculo familiar da “matriarca”. Nessas comunidades primitivas, os filhos pertenciam exclusivamente a mãe e formavam-se círculos fechados de parentes consanguíneos pela linhagem materna, tendo a mulher em muito boa conta, sendo ela dotada de toda liberdade e poder dentro do grupo. Segundo Engels (2012, p. 59-60):

Em todas as formas de família por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. [...] É claro, portanto, que em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado *materno* e, por conseguinte, apenas se reconhece a *linhagem feminina*. (grifos do autor)

Embora em seus escritos, Engels (2012) trate da matrilinearidade⁴ sob o nome de “matriarcado”, a teoria da existência desse é rejeitada pela maioria das estudiosas feministas, já que não se tem registros históricos de sociedades onde prevalecesse uma supremacia feminina ou opressão masculina. O que se tem são pesquisas, as quais inspiraram as reflexões de Engels, que indicam a presença da matrilinearidade ou matrifocalidade⁵ em algumas populações, pois sabia-se com certeza quem era a mãe das crianças e não o pai. A antropóloga D’Eaubonne (1977) opta pela utilização do termo “ginocracia” ou “sociedade feminina” para designar essas comunidades. A autora considera um grave erro o fato de muitos historiadores e estudiosos estabelecerem uma relação de similaridade entre a linha matrilinear e o matriarcado, induzindo a teorias de supremacia feminina que impregnaram a concepção da evolução histórica da humanidade.

³ Lewis Henry Morgan foi um escritor e antropólogo norte-americano, famoso por escrever a obra “Ancient Society”, na qual apresenta um estudo sobre a evolução das sociedades humanas. Este estudo embasou Engels na construção do livro “A origem da família, da propriedade privada e do estado” e foi também discutido e analisado por Marx, que não chegou a publicar suas anotações. (Engels inclui muitas delas em sua obra)

⁴ A matrilinearidade é um sistema de parentesco/filiação no qual a descendência é considerada a partir da mãe ou da linhagem materna para transmissão do nome e/ou status dentro do grupo.

⁵ A matrifocalidade designa um grupo familiar centrado na figura da mãe.

A matrilinearidade evidencia a importância da mulher na história, inclusive para o estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos sedentários. Segundo D'Eaubonne (1977), é por volta do ano 5.000 antes de Cristo que os humanos se tornam sedentários no oriente e dez séculos mais tarde na Europa. Essa evolução foi possibilitada por uma grande descoberta atribuída às mulheres: a agricultura. A autora enfatiza que “a descoberta da agricultura pelas mulheres é de tão grande importância para a evolução histórica que temos o direito de nos surpreender ao vermos a investigação antropológica ignorar a sua dimensão”. (D'EAUBONNE, 1977, p. 11)

Na evolução do sistema patriarcal, o homem se apodera da agricultura, invenção feminina, e aperfeiçoa as técnicas agrícolas para aumentar a produtividade. A posse da terra deixa de ser coletiva e surgem os excedentes, na apropriação dos quais, justamente, surge a noção de propriedade privada. Com a agricultura, o sedentarismo e a posse de terras, projetam-se novas relações sociais; há a domesticação de animais e o homem descobre que tem participação no processo de produção de novos indivíduos, começando assim a se delinear os sistemas de poder masculino. D'Eaubonne (1977) ressalta que a grande descoberta da paternidade pelo homem faz com que este atribua a si próprio o papel primordial na procriação enquanto a mulher começa a perder seu poder e status mágico e divino desaparece. Na visão de Saffioti (2009), a descoberta da possibilidade de controlar o fenômeno da reprodução como qualquer outro desfez a sacralização que envolvia o sexo feminino e coloca os homens no centro do universo. Eles passam a acreditar que graças a sua “semente” depositada no útero feminino se torna possível a reprodução da espécie.

O avanço do patriarcado dependeu fundamentalmente da descoberta da paternidade pelos homens, fato que não ocorreu de maneira homogênea e cronologicamente igual em todas os agrupamentos humanos. Assim o patriarcado não se estabelece de forma rápida e universal, sendo uma luta travada durante milênios. Houve resistência e as mulheres demoraram muito a perder os seus poderes e importância dentro do círculo social. Segundo D'Eaubonne (1977), com o aparecimento das primeiras grandes civilizações, o patriarcado se estabelece apoiando-se na instituição da célula familiar e na noção de herança. O jovem patriarcado procura estabelecer e garantir o poder absoluto ao homem, que passa a ser o grande responsável por tudo, já que tem a posse de técnicas agrícolas, da terra e é o responsável por fecundar a mulher.

A herança foi um elemento extremamente relevante para o estabelecimento da família nuclear centralizada no homem e para o aprisionamento das mulheres nos

limites das propriedades privadas. Agora com a posse privada da terra e com a acumulação de excedentes agrícolas e pecuários, o homem desejava perpetuar sua própria linhagem e transmitir sua herança, o fruto do seu trabalho para os seus filhos. Primeiramente, como explica Engels (2012), foi preciso desacreditar o direito materno e modificar a ordem de filiação e herança estabelecida. O autor afirma que a modificação da linhagem materna e a substituição pela filiação masculina e o direito hereditário paterno não foi uma batalha fácil para os homens, representando uma das mais profundas revoluções que a humanidade já conheceu.

O poder patriarcal consolida-se pela queda do direito materno que, na visão de Engels (2012), representa a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. Agora com a descendência e a herança sendo estabelecidos pelo homem, a incerteza da legitimidade da paternidade torna-se um grande problema, induzindo o homem a tomar a liberdade de sua mulher, para que pudesse ter alguma segurança quanto aos seus descendentes. Com o patriarcado, as mulheres são destituídas das suas atividades e de todo o status e poder, passando a função de simples reprodutora, geradora de filhos legítimos para o homem perpetuar sua linhagem.

Engels (2012) afirma que quando a propriedade privada se sobrepõe a propriedade coletiva, gerando a concentração de grandes riquezas, os interesses da transmissão de herança pelo direito paterno tornaram-se preponderantes e há a generalização da monogamia, necessária apenas e primordialmente para a mulher. O homem, então, se apropria do controle da procriação, do corpo da mulher e a fecunda quer queira ou não. (D'EAUBONNE, 1977) Deste modo, a origem do patriarcado está ligada à apropriação masculina sobre o corpo feminino e desde a sua ascensão, esse sistema permanece como base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres.

Os seres humanos, que mantinham uma relação harmoniosa e equilibrada entre si e com os animais, passam então a basear as relações sociais no controle, na dominação e no medo. (SAFFIOTI, 2009) O crescimento do poder e supremacia masculina motiva os homens a controlarem as mulheres e os seus territórios como suas posses, a fim de livrá-los de qualquer invasão.

O matrimônio, de acordo com o direito burguês, é um contrato, um pacto que permite que os homens disponham do corpo e da alma das mulheres. Engels (2012) afirma que a família individual moderna, com o advento dos casamentos

monogâmicos, baseia-se na escravidão doméstica feminina, onde cada célula familiar é considerada independente, individual e inviolável.

Não obstante, a ordem patriarcal não está associada ao poder do pai no seio da família, como responsável e mantenedor da prole; na sociedade civil moderna, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens. O direito sexual patriarcal estabelece-se antes do direito de paternidade. O poder político do homem fundamenta-se neste direito, sendo assim o homem já tem garantida uma autoridade política bem antes de se tornar pai, basta somente “nascer homem”.

Guillaumin (2014) discute que as mulheres são um bem comum, um objeto intercambiável que pertence aos outros. Dessa forma, não são reconhecidas como sujeitos, mas como uma propriedade. O casamento seria então o contrato por meio do qual o homem adquire a propriedade da mulher, estas não sendo os sujeitos do contrato, posto que seriam propriedade. Na visão de Saffioti (2009, pág. 31): “O casamento, capaz de estabelecer relações igualitárias, ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo a uma subordinada.”

Os homens apropriam-se das mulheres em sua totalidade, materialmente e mentalmente, despossuindo-as de si mesmas, as apropriadas ganham o status de coisas. Utilizando-se de relações de poder historicamente produzidas e de construções ideológicas, o homem mantém o domínio sobre as populações femininas e o naturaliza (GUILLAUMIN, 2014). As diferenças entre os sexos são apresentadas como naturais e o direito do homem sobre a mulher é apresentado como um reflexo da ordem da natureza. Assim, a opressão sofrida pelas mulheres passa a ser consequência de forças naturais e as mulheres seriam naturalmente submissas e sujeitas a um outro grupo, mais poderoso e criado para comandar. Ao realizar um resgate histórico da ascensão do patriarcado vimos que esta naturalização é inconcebível. Conforme observa Saffoti (1987), a inferioridade feminina é exclusivamente social, construída historicamente durante milênios com as sucessivas tentativas masculinas de dominar as mulheres e estabelecer o poder e domínio absoluto sobre elas.

Para Guillaumin (2014), sempre que um grupo dominante quer legitimar o poder que exerce, apela-se a natureza. Assim, a imputação naturalista focaliza as mulheres. Elas teriam mais habilidade ou dom para desenvolver determinadas tarefas, pois possuem uma natureza particular, está no gene da fêmea da espécie ocupar determinados espaços e papéis. Desenvolveu-se uma explicação biologizante, que

exclui todos os determinantes históricos e sociais que culminaram no desenvolvimento da supremacia masculina e o direcionamento da mulher à lugares subalternos. A imputação da naturalidade para justificar a dominação é conduzida somente contra os segmentos dominados, como se as ações daquele segmento fossem naturais e independentes das relações sociais historicamente determinadas.

Saffioti (1987) acredita que é preciso desmistificar o pretense caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos, uma vez que a opressão tem raízes socioculturais e é resultado da história e das relações humanas e não de forças da natureza. O discurso naturalista foi criado objetivando legitimar o grupo dos homens como o grupo dominante, atribuindo a ele todas as ideias criativas e políticas essenciais para a evolução humana, além de toda a responsabilidade por conduzir a sociedade e fazer a história.

De maneira geral, ignorou – se a participação da mulher na evolução humana e nos grandes acontecimentos sociais, já que a maioria esmagadora das pesquisas eram realizadas por homens lidando com dados coletados junto a outros homens. (SAFFIOTI, 1987) A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no desenvolvimento da humanidade, sendo primordial resgatar as memórias de nossa sociedade sob uma perspectiva feminista, o que permitirá que se compreenda o que representou o sistema patriarcal na história da humanidade e como a participação feminina foi menosprezada e ocultada da produção material e simbólica de muitas sociedades. D'Eaubonne (1977, p. 70) ressalta que

Tudo o que diz respeito a proezas femininas de tipo “viril”, individuais ou coletivas, é imediatamente oculto pela transmissão escrita, ou adulterado, ou ainda francamente disfarçado. Haveria um longo estudo a consagrar a estas pequenas fraudes dos tradutores ou historiadores que se sentiram assim “ameaçados” na sua virilidade.

O patriarcado incorporado ao capitalismo na atualidade não é um sistema de configuração eterna, tampouco tem origem natural ou biológica. Cisne e Santos (2018) apontam a necessidade do resgate histórico e da não naturalização dessa instituição, pois, sendo uma criação social e de história recente, nem sempre existiu e poderá não existir no futuro.

Para Saffioti (2009), é primordial esclarecer que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos. Na era do capital, o sistema patriarcal de dominação-exploração foi reforçado pelo advento da concentração de riqueza e dos meios de produção, tornando-o ainda mais tirânico para as mulheres.

De acordo com Federici (2017), a transição do feudalismo para o capitalismo trouxe uma degradação acentuada para as mulheres e esse processo foi essencial para a ascensão desse novo modo de produção. Na era feudal, as mulheres já eram tratadas como inferiores aos homens, uma vez que o patriarcado já havia se consolidado, entretanto, no novo sistema inaugurado pelo capital delineia papéis e reforça desigualdades com impetuosidade.

O capitalismo fortaleceu e incorporou o patriarcado ao seu projeto de sociedade, desenvolvendo uma nova divisão sexual do trabalho e a construção de uma ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do mundo produtivo e em sua submissão aos homens. (FEDERICI, 2017) As mulheres de todas as classes foram afetadas, ainda que de modos diferenciados. Na classe burguesa, elas tiveram a liberdade severamente restringida e seus matrimônios eram arranjados por conveniência, para preservar e expandir o *patrimônio* da família. A mulher proletária sofreu impactos ainda mais negativos, pois, além de precisar adequar-se às regras de um patriarcado cada vez mais atroz, se via obrigada a vender a sua força de trabalho num mercado excludente e receber salários ínfimos quando comparados aos masculinos.

Na análise de Saffioti (2013), o aparecimento do capitalismo se dá em condições extremamente adversas às mulheres. Elas foram prejudicadas com a privatização da terra e a expulsão de grande parte da população do campo, precisando migrar para as cidades onde viveriam em condições de miséria. Federici (2017) esclarece que quando as relações monetárias passaram a dominar a vida econômica, as mulheres tiveram mais dificuldades que os homens para se sustentar. Com o aumento da violência e da misoginia era muito difícil para essa população permanecer como nômade ou *vagabunda*. Ademais, as mulheres tinham, muitas vezes, a mobilidade reduzida em função das gestações e dos filhos.

Aos estratos femininos, em todas as classes sociais, foi atribuído o trabalho doméstico e reprodutivo, que nesse período já havia perdido valor, deixando inclusive de ser considerado “trabalho”. No novo regime socioeconômico, explica Federici (2017), somente a produção para o mercado passa a ser definido como trabalho, porque gera valor, passando a reprodução do trabalhador a ser considerada como algo desimportante do ponto de vista econômico. O trabalho doméstico sofre uma invisibilização e as mulheres que se dedicam a ele são vistas apenas como que desempenhando o seu papel natural, realizado pelos seus “instintos” e pela vocação feminina. Saffioti (2013) acredita que à medida em que se desenvolvem as forças

produtivas, a mulher vai sendo marginalizada das funções produtivas. Assim, “pode-se afirmar que as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 64) Excluídas da produção e sem acesso a salários dignos, as mulheres são forçadas a condição de pobreza, a dependência econômica dos homens e a invisibilidade como trabalhadoras.

Para integrar-se, mesmo que secundariamente, à ordem social, resta aos segmentos femininos o seu papel como dona de casa e mãe. Na burguesia, a mulher perde poder até dentro do âmbito doméstico, sendo excluída das decisões. As mulheres das camadas subalternizadas que precisavam submeter-se a trabalhos precários em troca de salários miseráveis, muitas vezes, não tinham acesso ao dinheiro, pois era prática comum que o marido recebesse o salário da esposa. Tal condição contribuiu para a sujeição das mulheres proletárias aos seus maridos e para a apropriação total do seu trabalho por parte dos homens. (FEDERICI, 2017)

Federici (2017) acredita que durante a consolidação do capitalismo, o grupo que mais se aproximou da condição de escravo foi o das mulheres trabalhadoras. Para Engels (2012) com o advento do capitalismo e da família nuclear burguesa, “o governo do lar perdeu o seu caráter social.” (ENGELS, 2012, p. 96) As atividades de manutenção da família tornaram-se um serviço privado, fornecido ao homem pela mulher, que “converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social.” (ENGELS, 2012, p. 96) O autor conclui que o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher nas uniões monogâmicas.

Todas as formas de apropriação do trabalho e do corpo das mulheres foram apoiadas e sancionadas pelo Estado, fato histórico que pouco se modificou na atualidade. A retirada do controle das mulheres sobre a sua reprodução foi um dos grandes focos do Estado, pois esta autonomia começou a ser percebida como uma ameaça à estabilidade econômica e social. O sistema precisava de mais força de trabalho para se desenvolver e para isso, o controle sobre a geração de novos seres precisava sair das mãos das mulheres. Federici (2017) analisa que em razão da pretensão de restaurar a proporção populacional desejada, foi declarada uma verdadeira guerra contra as mulheres, orientada para quebrar o controle que elas possuíam sobre seus corpos e sua reprodução. Os governos redefiniram leis e tornaram crimes todas as formas de contracepção, aborto e infanticídio, impondo punições severas e, em muitos casos, pena de morte às mulheres que infringissem a

lei. O novo regime social precisava que a mulher trabalhasse na e para a geração de novos seres que pudessem servir de força de trabalho.

O segmento feminino perde, então, a liberdade de decidir sobre seus próprios corpos e sobre seu desejo acerca da maternidade. Os homens ainda hoje em várias sociedades têm o direito de fecundar as mulheres mesmo contra a vontade destas, pois o Estado entende que é destas a função de serem mães e gerarem filhos. Para Saffioti (2009), as mulheres foram e ainda são manipuladas e em conjunto com a exploração econômica que sofrem está o controle de sua sexualidade e de seus direitos reprodutivos pelos homens. Em muitas ocasiões, as mulheres ainda são confinadas à atividade reprodutiva e a procriação é colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017).

E ainda nos dias atuais, disseminam-se políticas de controle da sexualidade e sanções punitivas para as mulheres que as desobedecem em grande parte do mundo. O Estado, apesar da suposta laicidade, continua apoiando-se em preceitos religiosos e ideológicos para condenar social e criminalmente as mulheres que escolhem não ter filhos. Em sua história, a igreja tratou o controle feminino sobre a sexualidade com tanta impetuosidade quanto o Estado, tornando o aborto um pecado mortal e demonizando todas as formas de controle de natalidade e sexualidade não procriativa, regra que continua vigente até os dias atuais. A igreja católica em especial (mas não exclusivamente) forneceu a estrutura ideológica para a perseguição e punição de inúmeras mulheres consideradas bruxas, incutida de uma acentuada misoginia em suas práticas.

Na sociabilidade capitalista, o corpo feminino foi apropriado de maneira acentuada pelos homens e pelo Estado, forçando a mulher a colaborar involuntariamente para o sustento deste sistema. As estratégias e a violência utilizadas para disciplinar e apropriar os corpos das mulheres mostram que essa população representa ainda hoje uma grande ameaça e que resiste com vigor às formas de exploração, opressão e dominação impostas pelo capital.

CONCLUSÃO

A instituição do patriarcado não surgiu espontaneamente, nem foi causa de evoluções naturais dos seres humanos. O estudo histórico e antropológico nos evidencia que este sistema foi moldado por milhares de anos, quando em um determinado momento as populações masculinas resolveram se apropriar do poder

social e dos instrumentos, colocando-se enquanto superiores. As mulheres, não sem resistência, perderam prestígio e foram obrigadas a ocuparem um lugar subalternizado nas sociedades.

Apesar de ser anterior ao capitalismo, o patriarcado ganhou força e pujança nessa era. As mulheres, vistas como menos capazes, frágeis e sensíveis, tornam-se uma das bases da preservação deste sistema, a partir do seu trabalho não remunerado e/ou mal pago. Destarte, uma verdadeira emancipação feminina é impraticável na atual forma de sociabilidade, e em busca de uma real igualdade de sexo, classe e raça, é necessário pensar numa revolução não só econômica, mas também política e cultural, que modifique as estruturas fundamentais do atual sistema socioeconômico e político.

REFERÊNCIAS

- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 173-178, 2009.
- D'EAUBONNE, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Editorial Vega, 1977.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: editora Elefante, 2017.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. *In*: Ferreira, Verônica *et al.* (Org.) **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual** (1988). Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? In: **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, out. 2000.